

Fenapef faz considerações sobre o Fonte Segura nº 5 e a ideia de tenentismo

Mais que nunca, é preciso lutar contra os grupos corporativos que bloqueiam as tentativas de mudanças e impedem que a lógica se sobreponha aos próprios medos e vaidade

Luís Antônio Boudens
17 de setembro de 2019

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



A falta de regulamentação e dimensionamento estrutural do artigo 144 da Constituição Federal é um dos principais motes de disputas em meio às corporações policiais brasileiras

O *Fonte Segura* foi mais uma ferramenta inovadora de comunicação lançada por esse corpo diretor incansável e aguerrido. É, portanto, mais um degrau de evolução na forma de produção de conteúdo e difusão das ideias e debates sobre a segurança pública brasileira.

Utilizando desse novo espaço, as ideias certamente fluirão de forma espontânea, guardando o espírito desbravador e mapeador que se tornou a viga mestra deste colegiado técnico, sem perder a boa essência do nascedouro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A análise dos novos dados sobre a criminalidade no Brasil, recentemente comemorados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, revelaram a redução no número de homicídios, por exemplo. Até aí, tudo normal, não fosse a falta de uma explicação básica: qual a fonte governamental (anterior) que o Ministério se utilizou para fazer os comparativos, se no passado esta não existia ou vivia “capengando” entre o mal funcionamento de sistemas nacionais e o desinteresse em se revelar os números reais ao grande público? Ainda bem que, considerando sempre os números dos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tivemos acesso a dados coletados por uma ferramenta não-governamental, mas que apenas era utilizada de forma esporádica, a depender do intento midiático dos gestores da vez.

Tal estratégia já ocorreu em governos anteriores quando tentou-se classificar qualitativamente a saúde e a educação no Brasil, após a incipiente implementação de alguns programas e, de uma forma até inusitada, exprimiram conclusões como a de que o nosso Sistema Único de Saúde (SUS) alcançara o patamar do “primeiro mundo”.

Pelo jeito, com a segurança pública estamos caminhando para o mesmo, mas agora muito mais do mesmo! Não pela ausência de políticas ou pelos virtuosos projetos legislativos encaminhados ao Congresso, mas pela velha tática de promover grandes doses de midiatismo ao invés de se buscar a certeza de que o cidadão estará realmente mais seguro e de que o Brasil estará, enfim, promovendo uma justiça verdadeira.

A grande característica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, desde o seu início, foi a de promover debates e ações a partir de um coletivo heterogêneo, ao qual foi-se agregando de forma crescente e democrática o conhecimento acadêmico, a ciência, a análise comparativa e as parcerias da iniciativa privada ao caldeirão de dados e informações trazido pelo conhecimento de campo dos operadores de segurança pública, que hoje representam mais de 50% da força propulsora dessa profícua organização.

Quando analisamos o conjunto da segurança pública brasileira nas várias edições dos congressos realizados, jamais deixamos de perceber e de concluir sobre a sua completa falência, seja pela análise direta dos vexatórios números de elucidação de crimes, seja pela comparação com os números e estruturas de outros países, seja pelos números devastadores que ameaçam a vida e o patrimônio dos brasileiros, dos policiais e suas famílias. Nunca chegamos ao menos perto de considerar que o sistema atual funciona minimamente bem ou, mais, de que há uma ordem sistêmica que não poderia sofrer abalos ou modificações. Literalmente, nunca se ouviu por aqui algo que nos levasse a algum temor sobre “desestruturar o atual modelo organizacional da área” a partir da nossa persistente revolução por ideias e ações.

Em oposição ao movimento revolucionário conhecido como “Tenentismo”, que se insurgiu nos idos de 1920 contra a ordem política como um todo, e não contra um sistema falho de persecução criminal, a falta de regulamentação e dimensionamento estrutural do artigo 144 da Constituição Federal é um dos principais motes de disputas em meio às corporações policiais brasileiras, sejam da esfera federal ou estadual. Na sequência, vem a falta de uma moderna e desburocratizada legislação processual penal e, por último, a falta de uma política nacional permanente, que dê uma “nova cara” ao Brasil, na figura de um Estado que protege e preserva direitos, incluindo o direito à vida.

O curioso é que esses atores – os novos “tenentes” – longe de uma revolução, buscam legitimamente soluções para os problemas gerais na expectativa de uma repercussão direta e positiva nos seus problemas *interna corporis*. Somente alguns grupos, que são facilmente identificáveis pelo teor das propostas que encampam, buscam isoladamente sua evolução individual como categoria para somente depois, de forma inegavelmente calculada, participar das discussões gerais sobre mudanças mais profundas e quicá eficazes.

Em outra análise, nos parece que, por conta das questões político-ideológicas que não foram traduzidas em resultado (as da esquerda) e que as que seguirão o mesmo caminho da ineficácia e da inutilidade (as da direita), caso permaneçam adstritas a pautas como armamentismo, aumento de penas e redução da maioria penal, abrir-se-á um enorme espaço para um novo “coronelismo”, cuja pretensão sempre foi a de contenção às mudanças e à revolução de ideias cujos frutos sociais alcancem espaços territoriais fora de sua circunscrição de “poder”. Em suma: não funcionou a tese de esquerda, não funcionará a de direita, deixemos tudo como está. Que assumam definitivamente os novos “coronéis” e oremos para que não se digladiem!

Por fim, continuaremos precisando de muito mais, sem “tenentismos” ou “coronelismos” (metáforas apenas, sem qualquer conotação militar), sem revolucionários e nem oligarquias dominantes, mas com a amplitude de pensamento e o destemor originário do Fórum Brasileiro de Segurança pública, para lutar contra os grupos corporativos que bloqueiam as tentativas de mudanças, supervalorizam alguns pontos do atual sistema, ocultam números e impedem que a lógica da necessidade de mudança se sobreponha aos próprios medos e vaidades.



Luís Antônio Boudens

Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef)

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-fm7bs>

